

SLU adverte que

No rastro das eleições, mais de

LUIZ MARQUES

DF - lixo

BRAZILIENSE

Brasília, terça-feira, 16 de dezembro de 1986 15

multará pichador

200 empresas foram notificadas

As eleições deixaram uma grande e indesejada herança para o Serviço de Limpeza Urbana: a proliferação de cartazes distribuídos por toda a cidade, provocando uma total poluição visual para os moradores. Mas o pior de tudo é que passado o 15 de novembro as pichações continuaram em locais proibidos, como paradas de ônibus, postes de iluminação e placas de sinalização. Resultado: O SLU já remeteu nos últimos 30 dias mais de 200 notificações que provavelmente se transformarão em multas.

E que, durante as campanhas, empresas promocionais de shows, peças teatrais e outros eventos aproveitavam a sujeira feita pelos candidatos à Constituinte e colavam ao lado dos cartazes políticos a sua propaganda. A idéia deu certo e, passadas as eleições, a sujeira continuou, mesmo depois que o SLU começou a limpar a cidade. Agora, quem sujar os locais já limpos pelos garis pagará multas que variam de Cz\$ 60 a Cz\$ 400.

O superintendente do SLU, Gesner Thomé, informou que antes das eleições o órgão não autuava porque era insignificante a quantidade de cartazes colados em locais proibidos. "Durante a campanha é diferente. Tudo é uma grande festa, como se fosse o Carnaval, quando há leis próprias. A autuação neste período é por conta da Justiça Eleitoral".

Explicou que desde o dia 16 de novembro os garis estão nas ruas limpando a cidade e que vários lugares pelos quais já passaram voltaram a ser sujos, o que é inadmissível. Já foram notificados, por exemplo, o Clube Primavera, a empresa Art Way, a Caixa Econômica Federal, a boate Zoom e até o Movimento de Renovação Carismática (grupo de leigos ligados à Igreja Católica). Após a notificação, a empresa tem 20 dias para retirar a propaganda e recorrer com uma explicação convincente, o que é praticamente impossível. Após esta data, a notificação transforma-se

automaticamente em multa.

Segundo Gesner Thomé, como geralmente shows e peças teatrais são promovidos por pessoas de fora da cidade, o responsável pela sujeira é o proprietário do espaço onde são realizados os eventos. Disse ainda que o número de notificações é igual ao das vezes em que os garis param em diferentes locais para retirar os cartazes. Desta forma, a boate Zoom foi a que mais recebeu notificações — 28 ao todo —, mas segundo o superintendente da SLU, os administradores da discoteca recusaram-se a recebê-los. O gerente da boate, Chico (não quis revelar o sobrenome) disse ao CORREIO BRASILIENSE que a festa foi realizada por dois rapazes que alugaram a boate, Marcelo e Rodrigo Amaral, e que por isso não era da responsabilidade da Zoom a colocação dos cartazes.

VANDALISMO

Thomé lembrou que Brasília é a única cidade com locais próprios para a propaganda e que, por isso, a gravidade do problema aumenta. "No período de campanha eleitoral foram distribuídos cerca de 2 mil cilindros que estão à disposição da população. No entanto, cerca de um terço deles já foi destruído. O problema da sujeira está em um contexto muito maior, que é o do vandalismo no DF".

Para o superintendente, o problema não tem causas sociais, já que da mesma forma em que são destruídos os chamados mobiliários públicos na Célândia, no Lago Norte, um bairro nobre, o bem público é deteriorado em igual intensidade. "Na minha opinião, a destruição de um bem público deveria valer um processo de indenização por parte do Estado", comentou, acrescentando que estes atos de vandalismo ocorrem em maior quantidade em Brasília do que em outras cidades. "Por que isto ocorre? Acho que é porque a população daqui é mais heterogênea e desinformada do que a de outros Estados".

Comunidade denuncia empresas poluentes

A Caengé — Construção, Administração e Engenharia Ltda, a Serveng Civilsan S/A e outra indústria altamente poluente, localizadas no Setor de Indústria e Abastecimento e no Setor de Inflamáveis, foram denunciadas ontem à Secretaria Especial do Meio Ambiente por um grupo de estudantes e professores do Ceub e representantes da comunidade, preocupada com o problema. O secretário Roberto Messias Franco recebeu um documento com mais de duas mil assinaturas e prometeu encaminhar ontem ainda o pedido à Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente, da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

"Não vamos pescar por eles,

mas ensiná-los a pescar", disse Roberto Messias, referindo-se às atribuições da equipe da Coama, responsável pela solução de problemas dessa natureza no Distrito Federal. Ele recebeu o abaixo-assinado das mãos do estudante de Administração do Ceub, Nivaldo Rodrigues Malta, comentando que "conheço bem esse caso". Assegurou que a solução pode ser a mesma utilizada pela comissão para assuntos do Meio Ambiente de Minas Gerais que forçou os proprietários de 14 usinas de asfalto de Belo Horizonte a colocar equipamentos antipoluentes nas bases das chaminés, o que é de baixo custo e pode ser feito em pouco tempo.